

ESTADO E RELIGIÃO NO IRÃ *

Rolf Reichert
Islamólogo, ex-Professor visitante no CEAO

I. A ÉPOCA DAS MONARQUIAS (1502 – 1979)

Seria um erro acreditar que o Islão se apresente frente ao resto do Mundo como um bloco monolítico. Sua história sempre foi e continuará sendo uma história de discordâncias sobre conceitos religiosos diversos. Porque o Islão — ao contrário do Cristianismo — não conhece uma autoridade central que possa gerar um consenso obrigatório em questões religiosas. Já no primeiro século da era muçulmana originou-se o seu primeiro cisma, na questão da sucessão do Profeta. Desde então, existem no mundo islâmico duas correntes principais, a dos *sunnitas* (aproximadamente 85% dos crentes) e os *shiitas* (aproximadamente 11%), ao lado de numerosas seitas de menor importância. O Irã é o único país onde a *shii* é a religião de Estado. Não sendo este o lugar apropriado para analisar as características dos dois grupos, *sunnitas* e *shiitas*, o essencial para o nosso tema será a compreensão do conceito que têm do Estado. Nos impérios de cunho *sunita*, a fé (al-din) e o Estado (al-dawla) sempre formaram uma unidade (din wa-dawla).

(*) O presente trabalho é a versão portuguesa de duas conferências proferidas na Universidade de Granada (Espanha), em 1980, inteiramente refundidas e ampliadas de modo a abranger os acontecimentos até setembro de 1981.

Quanto à transliteração das palavras árabes e pérsias, aparecem na forma aceita em língua portuguesa (p. ex.: Islão, Muçulmano, Imame, Pérsia, Irã, Teerã, etc).

Nos casos em que não exista uma forma portuguesa, recorri ao sistema usado pela *Encyclopédie de l'Islam* e pela *Encyclopaedia Britannica*, com algumas simplificações impostas por motivos tipográficos.

N.R. Trabalho revisto pelo Prof. Waldir F. Oliveira, (Universidade Federal da Bahia), a quem o autor dedicou o artigo.

No conceito ortodoxo (o sunnita), o Islão é a base da civilização e cultura, autoridade religiosa tanto quanto política e espiritual. Muito diferente no Irã. Os acontecimentos ocorridos até 1981, nesse país, explicam-se somente pela tradição secular iraniana, ou seja, pela noção do *dualismo* entre Estado e religião. Digo “dualismo” porque não se trata de uma separação de poderes, no sentido moderno, mas de uma relação *recíproca* – como pretendo esclarecer.

Este dualismo tradicional, esta reciprocidade, tem a sua origem na história primitiva do Irã moderno, quando o país se separou do conjunto universal do califado árabe *sunnita*, para assumir uma fisionomia nacional *shiita*. Nesta fase histórica, o clero desempenhava um papel muito importante, desde que se lhe atribuía um caráter representativo e de autoridade no Estado. A relação existente entre Estado e religião, entre o poder secular e o poder clerical, mais se assemelhando à situação na Europa durante a Idade Média, do que às tendências próprias do resto do mundo islâmico.

Situação bem parecida com a do dualismo medieval europeu entre o Imperador e o Papa. Em fins do século XI, uma *tariqa*, isto é, uma irmandade de dervixes que se chamaram *safávidas*, estava ganhando número de seguidores. Chamava-se *safávidas* em função do nome de seu fundador, Sáfi- al-Din, e professavam os princípios da *shiia*. A grande aceitação que tiveram em toda a Pérsia, suscitava, contudo, o receio e a oposição dos poderes civis. Não obstante, gradualmente, fortaleceram o seu caráter político e as suas intenções de conquista do poder.

Quatorze anos de idade possuía o *safávida* Ismail quando começou a sua carreira. Com dezesseis, já era o chefe incontestável da irmandade; em 1500, chegou a se apoderar de Shirwan e dois anos depois, de Tabriz. Foi-lhe, então, atribuído o título de soberano autócrata da Pérsia, o título de *Xá*. Com razão considera-se Ismail I, o Safávida, o criador do Estado nacional persa, o fundador de uma dinastia que leva o seu nome. Deu a ele à Pérsia, não só as suas fronteiras atuais, como também uma religião nacional, o *shiismo*, na sua expressão da *ithna ashariya* duodecimana. Com este passo traçou, de modo categórico, uma linha divisória entre o novo Estado e todos os seus vizinhos, sobretudo o Império Otomano; e, ao mesmo tempo, infundiu nos seus súditos aquele sentido de unidade que permitiria o nascimento de um Estado nacional, no sentido moderno da palavra.

Uma das particularidades do Estado *shiita* é a posição do monarca. Como representante do duodécimo Imane “ausente” ele é considerado o portador da luz divina, a quem se deve uma veneração devota. A legitimação (esta a palavra chave) de Ismail e seus sucessores esteve intimamente ligado ao clero, desde o princípio. E a imposição da *shiia* a um país que, na sua maior parte, ainda era *sunnita*, não se poderia conseguir sem a ín-

tima colaboração entre o monarca e os clérigos *shiiitas* (*). Para assegurar tal colaboração, evidentemente por motivos táticos, os *safáwidas* tiveram razão de sobra para reservar ao clero uma ampla influência e grande esfera de ação. Clérigos *shiiitas* foram mesmo importados de outros países muçulmanos e, com a sua ativa e insistente propaganda, ganharam o apoio da maior parte dos habitantes da Pérsia para a *shiiita* duodecimana. Outro resultado do zelo e feryor *shiiita* foi o isolamento da Pérsia, colocada no meio de vizinhos *sunnitas*. Vemos assim, como o poder secular valia-se do poder espiritual (clerical) para legitimar sua ambição de poder. Em vista desta função legitimadora, a posição do clero no novo Estado *perso-shiiita* foi muito fortalecida, principalmente através de donativos materiais em forma de feudos vitalícios, e de um sistema especial de benefícios.

Com a crescente independência econômica do clero cresciam, também, as suas ambições de participar do poder. E os chefes religiosos começaram a opor-se ao uso da sua influência sobre o povo, unicamente em atendimento aos interesses do monarca: começava a nascer, pouco a pouco, a oposição que deveria romper a harmonia original entre o poder secular e espiritual. Gradual, mas irresistivelmente, desenvolvia-se o antagonismo característico de toda a história subsequente da Pérsia. O clero que havia alcançado fortuna e poderio no novo Estado não queria conformar-se com uma função puramente espiritual. E começou a por em dúvida a soberania absoluta do monarca, a sua autoridade como representante do Imame ausente, dentro do Estado teocrático. Pouco a pouco se ativava uma luta pelo poder entre as autoridades seculares e religiosas que apresenta muita semelhança com o conflito, no Ocidente medieval, entre o Imperador do Santo Império e o Papa.

Segundo o conceito *shiiita*, o Imame ausente continua governando o Mundo; por isto, a sua missão não pode ser desempenhada por uma força secular. Com tal argumento, o ambicioso clero justificava sua pretensão ao poder político. Somos nós, os clérigos, assim diziam, que representamos o Imame ausente, que temos de interpretar e revelar as suas intenções ocultas. Enquanto o soberano, por falta de toda legitimidade religiosa, não tem o direito de exercer o poder contra a vontade do clero. A questão fundamental seria pois a de se saber se a vontade divina se manifestava na pessoa do monarca. Triunfou, afinal, a opinião clerical. E o clero soube conquistar mais e mais direitos e privilégios. E o que vemos é terem sido os últimos xás *safáwidas* totalmente dominados pelo clero. Este havia submetido não só o monarca, mas também, todo o mecanismo do

(*) Usando as palavras "clero" e "clérigos" esclareço que se trata de um "clero" muçulmano, composto por teólogos e juriconsultos islâmicos, e não por sacerdotes, no sentido cristão, mediadores entre Deus e o crente, que não existem no Islão.

Estado. Símbolo deste triunfo clerical havendo sido a criação do *Sadr*, espécie de sumo sacerdote imperial, que supervisionava todos os assuntos religiosos e as instituições estatais.

Contudo, a partir dos fins do século XVII, observamos a decadência do poder clerical. Materialmente independentes, administradores e usufrutuários de doações piedosas, proprietários de gigantescos latifúndios, beneficiários de todo tipo de contribuições, os clérigos persas haviam se transformado em opulentos potentados. As suas pretensões haviam mudado: aspiravam, agora, menos uma participação na direção do Estado que, como nova classe possuidora, o uso dos seus bens de raiz, do seu poder econômico como apoio e fundamento para uma vida plena de regalias. Do poder político serviam-se, em primeiro lugar, para defender os seus interesses particulares. Com isto, já no princípio do século XVIII, as atividades do clero cada vez mais se afastavam da política do Estado. Tinha novos aliados: os ricos comerciantes e financistas; procuravam o seu poder, já não na Corte, mas no bazar. Enquanto mais o governo do Estado se separava da união interessada com os clérigos, tanto mais se aprofundava a oposição entre o poder estatal e o clero *shiita*. Este antagonismo latente veio à luz em princípios do século XVIII e, desde então, tem caracterizado, de modo, a história da Pérsia.

A queda da dinastia *safáwida* foi seguida por graves desordens políticas. Delas saiu, finalmente, outra dinastia, a dos *qajáridas*, também de origem turca (1794-1925). Com os *qajáridas*, a Pérsia iniciou um novo período da sua história. No seu decurso, o país iria transformar-se de uma monarquia islâmica medieval em uma monarquia constitucional que apresentava, ao menos na sua superfície, o aspecto de um governo representativo parlamentar. O fator crucial que produzia tal mudança sendo o contato com a Europa, ou melhor, o conflito entre a Pérsia e as potências européias no século XIX, sobretudo com a Grã-Bretanha e a Rússia Czarista. E no começo da época *qajárida*, o clero *shiita* passou a exercer, outra vez, uma influência considerável sobre a direção do Estado. Sob o reinado de Fath Ali Xá até conseguiu ter voz nos assuntos de política externa que até então eram da incumbência exclusiva da autoridade secular. Esta influência do clero sobre a política externa foi crescendo na medida em que o colonialismo europeu, essencialmente o russo e o britânico, se firmava na região. Intensificava-se aquele efeito primordial da *shia*, como religião do Estado, sobre os destinos da Pérsia, já mencionado, sob dupla feição: — por um lado unindo os Persas, por outro, os isolando dos seus vizinhos *sunnitas*. Este isolamento tendo induzido os monarcas *qajáridas* a procurarem o apoio dos impérios ocidentais. Nas nações européias, sobretudo na França, crescia a simpatia para com os Persas, povo até então desconhecido, e o “persianismo” chegou até ser moda nas cortes e círculos da alta sociedade — que nos recordemos das famosas *Letres persiennes* de Montesquieu. É que na Europa se considerava o Império persa

como o grande rival do Império Otomano e um eventual aliado dos europeus. Demasiado tarde os Persas deram-se conta de que, em vez de encontrar apoio, estavam a caminho de uma ignominiosa servidão. Pouco a pouco, e com a colaboração de monarcas egoístas e corruptos que foram comprados com pingues peitas, os europeus souberam conquistar prerrogativas e privilégios humilhantes para os persas, as chamadas *capitulações*. Na subsequente luta da nação persa para livrar-se deste julgo vergonhoso, o clero *shiita* assumiu um papel importante. Desejando frisar o facto de que foi a Europa, isto é, um fator estrangeiro, que transtornou o equilíbrio político da Pérsia onde o clero tinha garantida a sua função. O tempo da ingerência européia nos assuntos políticos da Pérsia foi também o momento histórico em que o clero converteu-se em catalizador da agitação nacional e social do povo — situação ainda hoje existente. Por enquanto, todavia, estava refreado pela autoridade do *xá qajárida*. Porque este, no desejo de se libertar da tutela dos clérigos, estreitou, cada vez mais, sua aliança com os colonialistas europeus. Durante este processo, o clero *shiita* assumiu o papel de adversário aberto do poder secular, arraijado às idéias religiosas do *shiismo* tradicional. Segundo a interpretação *shiita* — e isto é muito importante para a compreensão dos acontecimentos atuais — cada governo secular não é senão provisório, uma autoridade a prazo, até a volta do Imame ausente, porque somente a este Imame oculto corresponde o poder soberano. Tal conceito resultando na idéia de os dignitários clericais se considerarem administradores e executadores dos desígnios do Imame e, por tal razão, autorizados a controlar e criticar o poder secular. Os mais importantes desses dignitários religiosos levam o título honorário de *ayatu'lláh*, em português “signo de Deus”. E visto que se atribuíam o direito de controle e crítica tanto da política interna como externa do Estado, estes *ayatu'lláhs*, e com eles toda a oposição clerical *shiita*, sentem-se no papel de advogados do povo, das classes humildes, dos oprimidos. E adquiriam destacada importância toda vez em que se tratava de rejeitar a influência estrangeira no campo da religião, da tradição, da política e da economia.

Exemplo famoso da intervenção dos *ayatu'lláhs* é o caso do monopólio do fumo. Em 1890, o *xá Násir al-Din* tinha concedido tal monopólio a uma companhia inglesa. Esperavam-se grandes rendimentos, pois na Pérsia de então, o uso do tabaco já era comum a todas as classes. O monopólio prejudicava muitos interesses particularmente os daqueles que cultivavam o fumo. E provocou uma certa reação. A subsequente repressão provocou muitos distúrbios, perigosos para os europeus, em Teerã, Tabriz e outras cidades. O movimento popular ganhou força com a intervenção do clero, em primeiro lugar, do *ayatu'lláh* de Samarra, que ordenou ao povo a completa abstenção do tabaco até que se revogasse a concessão. A sua ordem foi cumprida com surpreendente disciplina, e o *xá*

não teve outro remédio senão cancelar o contrato de monopólio. Quatro anos depois morreu assassinado.

Nesse movimento popular de protesto tinham-se unido o clero, os liberais e outros modernistas e grande parte da população contra o governo. Foi ele o precursor de outro movimento mais profundo, vinculado ao anseio por uma nova Constituição persa. Naquela época, pela ano de 1905, tratava-se de converter o regime absolutista em uma monarquia constitucional, por meio de uma nova legislação eleitoral. Na nova constituição, que surgiu em 1906, o clero conseguiu assegurar seus interesses políticos: a *shiiá* se tornou religião do Estado, e no Parlamento passaram a existir clérigos que examinariam cada lei, para verificar se a mesma se harmonizava com os preceitos islâmicos. Até então, o clero tinha se absterido de intrometer-se ativa e abertamente na política nacional. Agora e, cada vez mais, mostrava um afã que era tão nacionalista como anti-ocidental. Oponha-se a cada tentativa de uma separação de poderes segundo o modelo europeu, porque tal separação reduziria os seus privilégios e a sua supremacia na jurisdição, administração e educação pública. O clero guardava ciosamente suas prerrogativas, seus latifúndios, a sua isenção de impostos, etc. A oposição contra o crescente modernismo na legislação, contra a laicização do governo, permaneceria latente, debaixo da superfície, durante mais de sessenta anos. E só em 1963 degeneraria em rebelião aberta, em consequência da chamada "Revolução branca" do último xá.

Entretanto, a ingerência, as intervenções das grandes potências, principalmente da Grã-Bretanha e da Rússia, tornaram-se cada vez mais abertas e escandalosas. Em princípios deste século a Pérsia tinha-se transformado num mero joguete dos interesses colonialistas, dividida em "esferas de interesses" inglesa e russa, e com um setor que guardava um certo vislumbre de independência. Havia sido despojada de suas riquezas em matérias primas, sobretudo o petróleo, por companhias estrangeiras, inicialmente inglesas, depois americanas. Os últimos anos da dinastia *qajárida* caracterizaram-se pelo crescente afastamento entre a classe burguesa, impregnada de idéias modernas e ocidentais, e a massa popular. Seu povo continuava afundado nas suas tradições ideológicas e religiosas, dirigido pelos seus *mullahs* e seus *ayatu'lláhs*. Em 1925, uma revolução derrubou os *qajáridas*, dirigida pelo chefe de uma brigada de cossacos, Reza Khan Pahlavi que tinha conseguido obter a colaboração da juventude nacionalista e dos *ayatu'lláhs*. Um papel principal nesta revolução seria desempenhado pelo *ayatu'lláh* de Qumm, donde sairia, anos mais tarde, o *ayatu'lláh* Khomeini. Uma assembléia constituinte acomodatória proclamou o antigo cossaco Reza Khan Pahlavi, xá da Pérsia.

A política do novo xá pouco se distinguiu dos últimos *qajáridas*. Continuava a aumentar o esforço dos seus antecessores em modernizar o país e transformá-lo num Estado nacional de cunho europeu. Como modelo serviam-lhe as reformas do turco Mustafá Kemal, chamado *Atatürk*.

Como ele, desejava reduzir o poderio do clero; e com isto ganhou, desde logo, o ódio de toda a clerezia. A rebelião foi antecipada graças aos resultados da sua desafortunada política exterior: na Segunda Guerra Mundial não dissimulava a sua simpatia para com os alemães e, conseqüentemente, os aliados russos e britânicos o forçaram a abdicar. Em setembro de 1941 renunciou ao trono em favor de seu filho, o príncipe herdeiro Muhammed Reza Pahlavi, o último xá do "Irã". (A Pérsia tinha adotado, em 1934, esse novo nome que significa "país dos arianos").

O clero que tinha esperado que o novo xá retornasse às tradições islâmicas viu-se desiludido. Acontecia o contrário: as reformas e modernizações relativamente moderadas dos xás anteriores foram agora impostas de forma brusca e precipitada. Em 1963, a "Revolução branca": — o xá decretou uma reforma agrária pela qual os latifúndios foram parcelados, e com eles as propriedades das fundações religiosas, as *awqaf*. Este decreto lesou brutalmente os interesses do clero. Ainda mais: a secularização progressiva da instrução pública tinha-o privado do seu prestígio social. A legislação do último xá arrebatou aos clérigos um privilégio após outro, para transformá-lo finalmente num proletariado ridicularizado. O rancor e o ódio dominavam a clerezia: para ela, o xá era um diabólico apóstata. Cada vez mais fanaticamente a rebelião, com a divisa: "guerra a todos os adversários do Islão, e ao Grã Satanás que é o xá".

O xá defendia um grande ideal político, realista. Queria retornar à tradição iraniana da época dos *aquemênidas*, de Ciro; desejava transformar o seu país numa notável, temível potência independente, capaz de manter a hegemonia na região do Oriente Médio e do Oceano Índico. A sua legendária riqueza, originária do petróleo, tinha-lhe permitido dispor de um armamento impressionante, de modo que as suas intenções baseavam-se num fundamento concreto e num poder militar espetacular. A causa do seu fracasso há de buscar-se menos na corrupção e nos escândalos da Corte, de que na sua completa ignorância da mentalidade do seu povo. A massa dos iranianos não podia nem queria aproveitar as oportunidades que o ressurgimento econômico e político ofereceu à Nação. De modo algum, o povo podia compartilhar do entusiasmo do xá pela grandeza do Império dos Aquemênidas, império extinto há mais de dois mil anos. Com um perfeito menosprezo pelo Islão, o xá demonstrava abertamente a sua simpatia para com a antiga religião persa do Zoroastro. Ostensivamente, deu a seu filho, herdeiro do trono, não um nome muçulmano, mas o chamou de Ciro, o mesmo do fundador do primeiro império persa no ano 559 A.C. Tal apelo à tradição antiga persa, preislâmica, à época de *jahiliyya* (ignorância), colocou o clero, de forma dramática, ante uma alternativa: Ciro ou Maomé. Se os clérigos houvessem se submetido aos designs do xá, o Islão ter-se-ia reduzido a nada mais que um simples período da grande história persa. Evidentemente, o clero islâmico não podia tolerar tal desenvolvimento: tinha que opor-se ao mesmo. Aos proje-

tos magalomaníacos do xá opunha-se também a inteligência iraniana, influenciada por idéias ocidentais — ou também orientais, liberais ou social-democratas; socialistas ou comunistas; ou qualquer outra coisa, menos a de uma Pérsia nostálgica. Todos estes setores da inteligência viram no Islão o mal menor e uniram-se contra o xá. Assim formou-se uma curiosa aliança englobando desde clérigos ultraconservadores até esquerdistas revolucionários, todos conjurados contra o monarca.

Entre eles, o muçulmano propriamente dito via-se agredido por dois lados: 1º — pela inclinação do xá pelas antigas tradições preislâmicas que conduziam à negação de todas as formas de expressão mulçumana; 2º — pelo desenvolvimento impetuoso do país, com a irrupção de um modernismo mal dominado que levaram o Irã à secularização e ao modo de vida das nações ocidentais. Nem um nem outro caminho podia ser tolerado pelos clérigos *shiiitas*, com o seu pretendido controle da vida e do comportamento político de seus féis. Combateram, então, o xá, encarniçadamente, sabotaram o seu programa de desenvolvimento como puderam, e finalmente triunfaram porque souberam apresentar-se como protetores do povo e salvadores do Irã ameaçado na sua essência.

Para tal triunfo contribuíram outros três fatores: 1º — o projetado parcelamento dos latifúndios que deveria incluir os bens de raiz dos *awaqaf*, aquelas fundações religiosas exploradas pelo clero; 2º — a repressão violenta de toda forma de oposição, sobretudo a dos jovens intelectuais, muitos dos quais tinham estudado no estrangeiro; 3º — a corrupção desavergonhada originada na Corte e que se estendera sobre todo o aparelho burocrático de Estado, fornecendo ao clero argumentos irrefutáveis convincentes contra o monarca. Nem por isso, a queda do xá e o fracasso de seu programa eram inevitáveis. Poderia ter ele se mantido firme, se tivesse recebido, no momento decisivo, em janeiro de 1979, o apoio necessário por parte do Ocidente, em primeiro lugar, dos Estados Unidos. Na conferência de Guadalupe, no entanto, os chefes das potências ocidentais abandonaram e sacrificaram o único advogado dos seus interesses na região, porque imaginaram que um novo governo, presidido por um alto clérigo, que seria o *ayatu'lláh* Khomainsi, continuaria a política externa anticomunista do xá, e prosseguiria sendo um seguro aliado. Enganaram-se, contudo.

Em conivência com seus aliados europeus, o presidente norte-americano Jimmy Carter se encarregou de neutralizar o exército iraniano. Por meio das boas relações existentes entre os militares americanos e iranianos, e de quantias fabulosas que trocavam constantemente de mão, os Estados Unidos conseguiram impedir o iminente golpe em Teerã. Mas privado do seu exército, o xá não tinha mais apoio seguro. Com isto, o advento de Khomainsi ao poder foi garantido. O monarca não o presenciou. Porque, em 16 de janeiro de 1979, o segundo pahlávida tinha já abandonado o país.

II. A REPÚBLICA ISLÂMICA IRANIANA

Observamos que Khumaini se apoiava sobretudo no povo humilde, e em seus impulsos evidentemente islâmicos e tradicionais. Precisamente *por que* no Islam a política é inseparável da religião, e a sujeição política e social, no Irã imperial, era ao mesmo tempo uma dura provocação religiosa e um desafio. Não seria nada mais que uma conseqüência o fato de a erupção libertadora haver surgido de onde os ocidentais nunca a aguardaram: das profundezas da religião. O grito sagrado *Allahu akbar* ressoou por toda a parte: no rádio, na televisão, partido das massas populares fanaticamente entusiasmados, em 1979, em Teerã — como antes acontecer, em 1956, no Canal de Suez.

Khomaini trouxe o seu programa de governo na algibeira: preparada estava a República Islâmica, abolida a monarquia. E já em fevereiro de 1979 foi publicada a nova Constituição, submetida ao voto do povo, que a aceitou, em 30 de março, por impressionante maioria.

Esta “República Islâmica Iraniana” não segue qualquer exemplo histórico. Em verdade, uma “república Islâmica” *shiita* é uma *contradictio in adjecto*. As noções “islão” e “República” excluem-se uma à outra, pelo menos numa ambiência *shiita*. Aqui, o princípio da democracia, base de cada república, não tem lugar: um Estado onde o poder supremo tenha que sair do povo, nem se pode, ao menos, imaginar. Um parlamento, ainda que eleito pelo povo, tem o seu poder, a sua autoridade recebida de Deus, e será responsável perante Deus e não perante o povo. Nem sequer estará habilitado a promulgar leis. Segundo o princípio do *wáli al-fagih*, todas as leis já existem, porque o único legislador é Deus, e as suas leis são eternas, vigentes em todos os Estados do mundo e em todos os tempos. O parlamento só pode concretizar as leis de Deus, mas não pode elaborar novas. Neste sentido, cada Estado islâmico que mereça tal nome é, na sua essência, uma teocracia, em certo aspecto uma “teologocracia”, isto é o domínio daqueles que estejam capacitados e autorizados a interpretar a lei de Deus.

Organizar tal Estado islâmico, no mundo moderno é impossível. Contradições, obstáculos insuperáveis não se farão esperar. Não podemos esquecer que, sob o estandarte do Islão alçado por Khomaini, tinham-se unido todos os inimigos do xá e de seu regime, forças políticas e sociais de orientação e com programas dos mais diversos. Depois do triunfo da revolução, depois do desaparecimento do inimigo comum, ressurgiram antigas hostilidades e nasceram novas. Reapareceram, mais ou menos clandestinamente, os velhos partidos políticos, desde a *Frente Nacional* de Bakhtiar até a *Tudeh*, pro-soviética, cuja ideologia assemelha-se àquela de Fidel Castro. Muito aceita, também, sendo a facção dos *mujahidin*, os “Combatentes do Povo de Irã”, sobre os quais ainda teremos que falar.

Um problema dos mais graves, um eterno problema iraniano, passou como herança a Khomaini: a questão das minorias étnicas e religiosas. O Irã é um conglomerado de numerosos povos, o seu território abriga Persas, Curdos, Turcomanos, Árabes, Belutchos e outros. No plano religioso observamos uma diversidade parecida: ao lado dos *shiiitas* há muçulmanos ortodoxos (*sunnitas*), baha'is e zoroastrianos. Os Curdos, os árabes e os belutchos são na sua maioria, *sunnitas*. E isto quer dizer que estão inferiorizados na sociedade de um Estado perso-nacionalista, *shiiita* e centrísta. Com crescente veemência reivindicam o direito de determinar o seu próprio caminho.

Já frisei que o Estado persa (iraniano) somente seria viável na base de um compromisso entre os dois poderes. No entanto é o poder secular (o xá) que defende o Estado e garante a sua unidade. Já na área da administração interna, na sua maior parte, a vida religiosa e cultural ficavam nas mãos do clero; havia uma reciprocidade, isto é, os dois poderes legitimavam-se mutuamente. O último xá tinha violado este compromisso, quando tentou abolir os monopólios do clero. Agora observamos o contrário: o clero, na sua ambição de exercer o poder total, está minando a outra coluna do Estado, a que pertence ao poder secular. O seu totalitarismo ameaça a unidade do país. E, como efeito, no verão do ano de 1980, o Irã encontrou-se numa situação de decomposição avançada: descobriu-se uma série de conspirações militares, com ramificações no mundo político, e o descontentamento popular começou a dirigir-se contra a coletividade do clero autoritário, apontado como responsável pela situação. O Irã parecia destinado a se desmoronar. Como por milagre, todos os indícios de uma desintegração desapareceram com a aparição de um novo inimigo, um inimigo comum a todos os iranianos: o Iraque.

Pelo visto, o presidente do Iraque, Seddam Hussiin, não conhecia a famosa regra inglesa *never attack a country in revolution*, quando lançou o seu ataque ao Irã, em setembro de 1980 — das sequelas das revoluções francesas e bolchevistas poderia ter aprendido muito. A sua idéia de que as minorias do Irã aproveitar-se-iam da sua agressão para se desprender do governo central, evidenciou-se errada. Nenhuma minoria solidarizou-se com o invasor, nem os Curdos, nem mesmo os árabes de Khuzistã, tão cortejados por Saddam. Ao contrário: Khomaini, como líder duma sagrada "cruzada" nacional, nesses dias apareceu mais popular que nunca no seu país: os iranianos, uma vez mais unidos, mostravam-se seguros da sua vitória final.

A vitória deixou de vir. O inimigo continua nas fronteiras, a guerra tem-se transformado em uma guerra de desgaste, tem-se atenuado, por vezes, e mesmo, por outras, adormecido, principalmente pela séria falta de armas pesadas (aviões de combate, tanques, foguetes). Por isso a aparição do Iraque poderia retardar o declínio do Irã, mas não impedi-la.

“O regime iraniano há de cair”, declarou o então Primeiro Ministro do xá, Bakhtiar, “a menos que se impeça uma nova intervenção estrangeira”.

O que ocorreu no país, em meados do ano de 1981, ganhou, mais e mais, o aspecto de uma guerra civil. De modo contrário ao que se estaria tentado a crer, a prova de força não opõe, essencialmente, os religiosos aos laicos. O antagonismo divide tanto as formações islâmicas como as marxistas, de modo que há quase tantos partidos e grupos minúsculos em um campo como no outro. As hostilidades se originaram e se agravaram no próprio seio do movimento *shiita*. Aqui podemos distinguir duas tendências principais: uma pregando um Estado islâmico, mas *sem* o corpo clerical no poder; e outra desejando um Estado teocrático, governado por uma hierarquia de *ayatu'lláhs* e teólogos. Os diversos grupos da segunda orientação, os teocratas, uniram-se no Partido Revolucionário Iraniano (P.R.I.) que é apoiado pelo Imame Khomeini. Desde o advento da República Islâmica, o P.R.I. soube conquistar as posições-chaves do poder, uma após outra, eliminando liberais e laicos. Deixou em paz, contudo, os comunistas do partido *Tudeh* (com simpatias pela URSS), cujo secretário Nur al-Din Kiamúri contraiu uma estranha aliança com o P.R.I.

Entre os grupos da outra tendência, a organização mais forte é a dos “Combatentes do Povo do Irã”, conhecida sob o nome dos *mujahidin*. O seu líder, Mas'ud Rajavi, encontra-se atualmente exilado em Londres. Estes *mujahidin* forjaram uma organização muito bem estruturada e apoiada por enorme quantidade de armamentos; e já na época do xá haviam-se especializado na guerrilha urbana. Mas o que interessa no contexto de nosso tema é que a sua oposição extremada contra o regime do clero tem um sólido fundamento ideológico e religioso. Baseiam-se numa interpretação socialista do Corão: a comunidade islâmica não precisa dum Imame em pessoa, mas será o seu próprio Imame. Torna-se necessário, pois, edificar uma sociedade sem classes nem hierarquias e aspirar à unidade (*tawhid*) com Deus. O Islão, dizem eles, é oposto às classes, às divisões sociais, e sobretudo não conhece sacerdotes. Com tais argumentos contrariam diametralmente à ideologia de Khomeini. Com o movimento dos *mujahidin* apareceu um elemento inteiramente novo nas relações entre o Estado e a religião no Irã que ainda fará se ouvir de forma estrepitosa. Afirmam, entre outras coisas, que a detenção de armas se ajusta à tradição islâmica do *jihád*, da “guerra santa”.

Já a partir de princípios de 1981, os dirigentes do P.R.I. perceberam o perigo de uma aliança entre os liberais (partidários do Presidente deposto Bani Sadr) e os religiosos *mujahidin* contra a ditadura clerical. Esta aliança surgiu no mesmo dia da destituição do Presidente, em 20 de junho de 1981: uma manifestação dos *mujahidin* em favor de Bani Sadr terminou por um tumulto sangrento e logo após, por uma avalanche de atentados que os governantes lhes atribuíram, com razão ou sem ela. A brutalidade da repressão que persegue e dizima indistintamente, qual-

quer adversário do sistema, só acelerou a união, num amplo leque, de formações opostas, dos realistas aos maoistas, passando pela direita burguesa, pela gente dos bazares, pelos liberais e, sobretudo, os *mujahidin*. O atentado à bomba na sede do P.R.I. onde morreram quatro ministros e a quarta parte dos deputados, em 28 de junho, a morte em atentado do Presidente Rajai e do Primeiro Ministro Bahonar, dois meses depois, acarretaram inúmeras prisões e dezenas de execuções sumárias. Os múltiplos ataques armados lançados contra o regime que ocorreram desde então permitem pensar que o conflito de tendências no seio do movimento islâmico iraniano esteja perto de desembocar numa longa, ampla e persistente guerra civil.

O que confirma o que antes dissemos: - organizar um "Estado Islâmico" no mundo moderno é impossível — pelo menos segundo o modelo da República Islâmica Iraniana de Khomeini.

STATE AND RELIGION IN IRAN

It tries to introduce the inevitable duality of the two positions for the constitution of a viable state and its failure in the practice since the beginning of the Persian state till the actuality. Now the clerical victory reigning over the state, now the victory of the lay power over the clergy. It shows the isolation of the last Sha in his plans for a modern Iran state, taking its roots from the most ancient Persia. It indicates the dilemma of the doubtful victory of the Ayatu'llah Khomeini, reinforced in the power, thanks, contradicting to the war with the Iraq and prognosticates a future civil war, already latent and held by the "national crusade" against the external enemy.

This, within the scope of a retrospect of the Islamic division between Shiites and Sunnites...

ÉTAT ET RELIGION EN IRAN

On cherche à montrer dans cet article l'inévitable dualité des tendances dans la constitution d'un État viable et son insucces dans la pratique depuis le début de l'État Perse jusqu'aujourd'hui. Tantôt la victoire cléricale domine l'État, tantôt la victoire du pouvoir laïque s'exerce sur le clergé. On révèle l'isolement du dernier Cha en ses plans d'un État iranien

moderne, ayant ses racines dans la Perse la plus ancienne. On indique le dilemme de la victoire douteuse de l' Ayato'Allah Komeini, contrairement maintenu au pouvoir, grâce à la guerre avec l'Iraq, la prévision d'une future guerre civile déjà latente et par la "croisade nationale" contre l'ennemi extérieur. Tout ceci étant situé dans le cadre du retour à la division islamique entre Sunnites et Shiites.